

Os movimentos sociais populares como educadores: contribuições teóricas e políticas

Telmo Marcon*

Resumo

O artigo tem como objetivo aprofundar a dimensão educativa dos movimentos sociais populares e, desse ponto de vista, busca identificar suas potencialidades educativas críticas e emancipatórias. A questão central é como os movimentos sociais populares constituem-se em educadores, não apenas para seus militantes, mas também para as organizações sociais, o estado e a sociedade como um todo. Ao procurar dar conta desse desafio, parte-se das contribuições de Boaventura de Sousa Santos para fundamentar uma crítica à epistemologia hegemônica, especialmente à monocultura do saber e do tempo linear, contrapondo-a à epistemologia do sul com destaque para as ecologias dos saberes e das temporalidades. Para dar fundamentação à perspectiva das temporalidades buscam-se, também, as contribuições de Walter Benjamin e Edward Thompson. Por fim, faz-se a análise de uma experiência de organização de agricultores sem terra, no início da década de 1980, na Encruzilhada Natalino, Ronda Alta(RS). Esse acampamento é fundamental não apenas por contribuir decisivamente na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas também pela dimensão educativa de seus militantes, assim como na formação de lideranças e na formulação de outros pressupostos, especialmente em relação às políticas fundiária e agrícola.

Palavras-chave: movimentos sociais populares; educação; política.

Popular social movements as educators: theoretical and political contributions

Abstract

The aim of this paper is to scrutinize the educational dimension of popular social movements and, from such a viewpoint, to identify their critical and emancipatory educational potentialities. The main issue is to understand how popular social movements are educational, not only to their militants, but also to social organizations, the State and society as a whole. In order to meet such challenges, references have been drawn on contributions by Boaventura de Sousa Santos so as to validate criticism to the hegemonic epistemology, particularly the monoculture of knowledge and linear time, contrasting it to the southern epistemology stressing the ecologies of knowledge and temporality. In order to

* Professor Doutor Universidade de Passo Fundo (UPF), Faculdade de Educação, Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

Telmo Marcon

provide validity to the perspective of temporalities, other contributions have been considered, such as those by Walter Benjamin and Edward Thompson. Finally, the experience of organization of landless farmers in the early 1980s in Encruzilhada Natalino, Ronda Alta/RS is analyzed. That encampment is crucial not only for its crucial contribution to the organization of the Landless Movement (MST), but also for the educational dimension of its militants, as well as leadership formation and the formulation of other assumptions, particularly when land and agricultural policies are concerned.

Keywords: popular social movements; education; politics.

Considerações iniciais

Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos. Uma crise só pode se tornar desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão. (ARENDR, 1992, p. 223)

A epígrafe extraída do texto de Hannah Arendt *A crise da educação* instiga a iniciar essa introdução por, pelo menos, três razões: a) a existência de crises; b) o risco de desastre em consequência de respostas preconceituosas às crises; c) as potencialidades educativas das crises para o crescimento e a formulação de novas ideias e projetos.

Onde existem movimentos sociais há crises. Pensa-se, aqui, nos movimentos sociais populares (MSP) que, segundo Benincá, Balbinot e Marcon (2009, p. 131-158), se insurgem contra determinadas situações, visando a transformá-las. Os questionamentos que fazem e as propostas de mudança que formulam geram crises. O segundo aspecto fica evidente na historiografia sobre movimentos sociais populares produzida pela tradição conservadora. Representações preconceituosas foram construídas pela tradição conservadora e difundidas na sociedade, especialmente, na academia e na mídia, como decorrência, em parte, da arrogância do pensamento hegemônico que se considera o único verdadeiro. Santos (2008b, p. 93-135) analisa essa postura ao tratar da “monocultura do saber e do rigor do saber” que transformou a “ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade...” (2008b, p. 102). O terceiro ponto, destacado por Arendt, aponta para a riqueza das experiências. Ao invés de criticar os movimentos sociais, julgando-os preconceituosamente, a construção de relações dialógicas pode enriquecer nossas experiências e ampliar a compreensão da realidade. Santos (2008b, p. 123-124) utiliza o conceito de tradução para dar conta desse desafio. “A tradu-

**Os movimentos sociais populares como educadores:
contribuições teóricas e políticas**

ção é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências”. Aqui, reside a dimensão educativa dos movimentos sociais que pode ou não ser reconhecida e valorizada. A postura dominante em relação aos movimentos sociais tem sido de negação e não educativa.

No decorrer do texto, procura-se fundamentar a tese que os movimentos sociais populares são educadores. Essa dimensão educativa não diz respeito apenas aos seus militantes, mas também à sociedade como um todo. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que eles abrem espaços para novas perspectivas epistemológicas, que Santos e Menezes (2010) denominam de “epistemologias do sul”, dado que nascem e desenvolvem-se à margem das epistemologias hegemônicas. Muitos MSP questionam paradigmas hegemônicos produzidos pela ciência que legitimam, de diferentes formas, interesses e projetos dos grupos e classes dominantes.

Neste texto, trabalha-se com a compreensão de que os MSP posicionam-se criticamente e de múltiplas formas na sociedade, ao mesmo tempo em que formulam e implantam propostas alternativas. Criticam a linearidade do tempo, concomitante a uma interpretação dialética das temporalidades. Na medida em que forjam experiências através de embates internos entre seus militantes e externamente com as instituições e organizações sociais desempenham um papel educativo. Como assinala Santos (2009), a riqueza das experiências que constroem não pode ser desperdiçada, ou seja, elas precisam ganhar visibilidade e força emancipatória de transformação. As pesquisas de Arroyo (2003); Arroyo; Caldart; Molina (2004); Souza (2006), entre outras, evidenciam o quanto é possível aprender com os movimentos sociais e o quanto eles podem contribuir para pensar a educação.

Procurando dar conta dessas questões, o texto inicia com algumas considerações sobre o papel dos movimentos sociais populares na crítica às epistemologias hegemônicas. Apoiado nas contribuições de Santos (2005, 2008a, 2008b, 2010), são formuladas duas críticas: a primeira, em relação à concepção linear de tempo que nega a possibilidade de outras temporalidades; a segunda diz respeito à monocultura do saber. Por fim, analisa-se uma experiência histórica de constituição e desenvolvimento de um movimento social. Trata-se da experiência do primeiro acampamento de agricultores sem terra no Rio Grande do Sul, na década de 1980, ocorrido na Encruzilhada Natalino, Ronda Alta, de 1980 a 1983. Pretende-se aprofundar dessa experiência três dimensões envolvendo temporalidades, saberes e potencialidades educativas.

Telmo Marcon

Movimentos sociais populares e epistemologia hegemônica

Antes de aprofundar as relações entre movimentos sociais populares e epistemologia hegemônica cabe definir o conceito de epistemologia. Na introdução da obra *Epistemologia do sul*, organizada por Santos e Menezes, epistemologia é compreendida como

toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimentos sem práticas e atores sociais. E como umas e outras não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. (SANTOS; MENEZES, 2010, p. 15)

A questão que interessa, de imediato, trata dos conhecimentos que são reconhecidos como válidos e os que são excluídos como inválidos. A ciência, que se tornou hegemônica, foi elegendo alguns desses conhecimentos e classificando os demais como inadequados por constituírem o senso comum, portanto, não científicos. Na obra *Um discurso sobre as ciências*, Santos (2010) põe em discussão os pressupostos da concepção de ciência que se tornaram hegemônicos. Reconhece que esses pressupostos entraram em crise e, por isso, estamos vivendo um período de transição paradigmática na qual há a consciência de que determinadas certezas não existem mais, ao mesmo tempo em que novos pressupostos ainda não estão claramente configurados.

Estamos de novo regressando à necessidade de perguntar pelas relações entre ciência e virtude, pelo valor do conhecimento ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais e coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento de nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para nossa felicidade (SANTOS, p. 18).

O modelo de ciência hegemônico primou pelo cálculo e pela objetividade e desconsiderou outras dimensões dos fenômenos. Buscou muito mais responder como funcionam as coisas do que se perguntar pelos agentes e pelos seus fins. “O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de dominar e transformar” (SANTOS, 2010, p. 31).

Qual a relação entre essas questões com movimentos sociais populares? Grande parte dos paradigmas que se tornaram hegemônicos excluíram

temas e problemas conflitivos dos seus repertórios de questões. Por isso os MSP colocam em crise paradigmas dominantes, assentados na ordem e na harmonia. Para que ocorra o reconhecimento dos sujeitos, no âmbito das ciências que foram excluídos, é imprescindível uma nova compreensão de ciência que, por sua vez, exige novos pressupostos epistêmicos. Não há como pensar os movimentos sociais dentro dos paradigmas e das epistemologias tradicionais, visto que eles não se enquadram nos pressupostos que validaram os conhecimentos. Ampliar esse leque implica, entre outros procedimentos, relativizar posturas dogmáticas construídas e afirmadas pela ciência e ao mesmo tempo pensar novos pressupostos que sejam capazes de superar a dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais, conforme proposição de Santos e Menezes (2010, p. 61-73). Com base nas suas contribuições, serão analisados dois modos de “produção da não existência”: a) a monocultura do tempo linear; b) a monocultura do saber e o rigor do saber. Para superar esses modos de “produção da não existência”, o autor propõe a ecologia dos saberes e das temporalidades.

Da monocultura do tempo linear à ecologia¹ das temporalidades

A concepção de tempo é fundamental para analisar os movimentos sociais. De diferentes formas, eles põem em questão problemas existentes no tempo presente que têm origem no passado. O reconhecimento de que eles posicionam-se criticamente em relação ao presente pressupõe que o passado tenha um papel relevante. Os MSP subvertem a lógica do tempo linear, usado para legitimar práticas de dominação. Ao romper com a interpretação linear de tempo que se direciona apenas ao futuro (discurso do progresso) forjam, desde o tempo presente, novas interpretações do passado e, dele, projetam alternativas para o futuro. Thompson, em suas pesquisas sobre o desenvolvimento capitalista na Inglaterra, evidencia como, no século XVIII, acirraram-se disputas entre os valores oriundos de práticas populares e os valores capitalistas imbuídos de uma nova racionalidade do tempo. A partir dessa lógica, grupos e classes dominantes criticam os grupos populares. No texto “o Tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial”, ele analisa essa tensão e como, progressivamente, os relógios passam a exercer controle sobre as práticas sociais populares, consideradas adequadas e inconvenientes (1998a, p. 267-304). As pesquisas de Thompson (1987; 1998b) ajudam a compreender a luta capitalista pela imposição de um tempo único, o tempo cronológico, descaracterizando as demais temporalidades. O tempo cronológico ganha cada vez mais valor que tem, na equação “tempo igual dinheiro”, a sua máxima expressão (WEBER, 1987).

Para Santos (2005, p. 23), a monocultura do tempo linear assenta-se na ideia de que “a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Esse sentido e direções têm sido formulados de diversas maneiras nos últimos duzentos anos: progresso, modernização, desenvolvimento e globalização”. Tudo o que não converge a essa lógica é considerado pré-moderno e subdesenvolvi-

Telmo Marcon

do. Esse tempo linear tem como condutor “os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam...” (SANTOS, 2008b, p. 103).

Em contraposição à concepção linear de tempo, Santos sugere a ecologia das temporalidades, pela qual o tempo linear é uma das manifestações, mas existem muitas outras. A sociologia das ausências “parte da ideia de que as sociedades são constituídas por diferentes tempos e temporalidades e de que diferentes culturas geram diferentes regras temporais” (2008b, p. 109). Santos (2008a, p. 51-92) retoma a discussão de Benjamin sobre o conceito de história (temporalidades) num capítulo intitulado: “A queda do *Angelus Novus*: o fim da equação moderna entre raízes e opções”. Nele, afirma que a modernidade ocidental “conferiu ao futuro a capacidade de fulguração, irrupção, explosão, revelação e capacidade messiânica”. A opção de apenas olhar para o futuro incapacita valorizar o passado. “Pura e simplesmente, deixamos de saber olhar para o passado de modo capacitante. É por isso que, em minha opinião, não podemos voltar a pensar em transformação social e a emancipação sem reinventarmos o passado” (2008a, p. 53).

O que Santos está propondo é uma nova concepção de tempo, portanto de história, que permita pensar a emancipação social redefinindo o papel do passado. Essa é uma das inversões produzidas por movimentos sociais populares. Nesse sentido, eles assumem um papel revolucionário em relação ao passado, assim expresso por Benjamin (1994b, p. 239): “Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como o homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo”. Por isso, sublinha Benjamin, o passado “traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção” (1994a, p. 223).

Benjamin sistematizou, em 1940, alguns pressupostos para uma leitura da história “à contrapelo”. No texto “Sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1994a, p. 222-232), faz uma crítica à concepção linear de tempo que silenciou “vozes”. Enquanto o movimento dominante forja um único olhar voltado ao futuro, ele desafia voltar-se ao passado. A obra *Angelus Novus* de Klee inspira-o a repensar a linearidade do tempo e indica que o anjo, na obra de Klee, esforça-se a olhar para o passado, mas é impulsionado a desistir, voltando-se unicamente ao futuro. Benjamin descreve a luta do anjo não apenas para voltar-se ao passado, mas também para ver as catástrofes e as ruínas que restaram e despertar os mortos.

Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e a dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas

Os movimentos sociais populares como educadores: contribuições teóricas e políticas

asas com tanta força que ele não pode fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso. (BENJAMIN, 1994a, p. 226)

Benjamin critica o modo como os dominantes justificam suas ações heroicas e silenciam as demais. Por isso, escreve: “os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses vencedores” (1994a, p. 225). Romper com a dominação e os mecanismos utilizados pelos vencedores exige a desconstrução das representações e memórias que se tornaram dominantes, mas também dar visibilidade às experiências silenciadas que, conforme Santos (2008b, p. 93-135), constitui a preocupação da sociologia das ausências. Para superar esse risco é necessário, segundo Benjamin, em cada época, “arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela” (1994a, p. 224-225).

Com foi observado anteriormente, a negação da dialética entre futuro e passado criou uma série de obstáculos teóricos, metodológicos, epistêmicos e paradigmáticos. A teoria da história que se tornou hegemônica na modernidade, consigna Santos (2008a, p. 82), sub-representou o passado em favor de uma orientação exclusiva para o futuro. Os momentos de crise, para referir a epígrafe de Arendt, podem ser fecundos dependendo da postura assumida e das respostas dadas. O leque de movimentos e organizações sociais (GOHN, 2003; 2010) é muito amplo. Eles emergem em todos os continentes e põem em questão muitos problemas que exigem capacidade de tradução, para usar a expressão de Santos (2008b, 122-135), bem como a formulação de propostas alternativas e articuladas (SANTOS, 2005).

Da monocultura do saber à ecologia dos saberes

A crítica de Santos à “monocultura do saber e do rigor do saber” deve-se ao fato dela se “arrogar em ser, cada uma no seu campo, cânones exclusivos de produção de conhecimento ou de criação artística. Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura” (2008b, p. 102-103). Essa racionalidade exclui outras possibilidades que não aquelas admitidas e reconhecidas como únicas verdadeiras. A crítica a essa postura arrogante é fundamental, embora insuficiente. A sociologia das ausências vai além da crítica ao reconhecer que existem conhecimentos não reconhecidos. Para Santos, não existe ignorância, nem conhecimento em geral. “Toda a ignorância é ignorante de um certo conhecimento, e todo o conhecimento é a superação de uma ignorância particular”. É do reconhecimento dessa incompletude que se abrem as “possibilidades de diálogo e de debate epistemológicos entre os diferentes conhecimentos” (2005, p. 25). A passagem da monocultura do saber para uma visão ecológica dele traz importantes consequências, especialmente em relação aos movimentos sociais populares. Não são poucos os adjetivos utilizados por historiadores para

Telmo Marcon

desqualificá-los, considerando-os desordeiros, fanáticos, cangaceiros, messiânicos, fora da lei, bagunceiros, atrasados, ignorantes, violentos. Assim concebidos, sequer foram investigados em suas motivações e razões que lhes deram origem, bem como a legitimidade das reivindicações. Como argumenta Santos (2008b, p. 108), “O que a ecologia dos saberes desafia são as hierarquias universais e abstratas e os poderes que, através delas, têm sido naturalizados pela história”.

A experiência do acampamento Natalino²

O acampamento Natalino constituiu-se efetivamente numa experiência no sentido dado por Thompson (1981, p. 188-189), visto que diz respeito a sistemas densos e complexos. A experiência envolve, segundo o autor, inúmeras dimensões: “parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias...”. Esses elementos entrecruzam-se na gênese e no desenvolvimento dessa experiência histórica.

O acampamento foi organizado à beira da RS-324, ao longo de aproximadamente um quilômetro e meio, no local conhecido como Encruzilhada Natalino, entre os municípios de Pontão e Ronda Alta, Rio Grande do Sul. A denominação do local é significativa: encruzilhada que expressa conflitos e contradições da estrutura fundiária e natalino, expressão de vida, resistência e crença na transformação. A sua origem tem como antecedente imediato a expulsão de 974 famílias de agricultores que ocupavam a área indígena de Nonoai, em maio de 1978, pelos índios Kaingang. Criado o fato, o governo estadual propôs, de imediato, assentamento em projetos de colonização no Mato Grosso. Enquanto parte das famílias submeteu-se a essa proposta, outros continuaram na região e ocuparam, em 1979, as fazendas Macali e Brilhante, parte da antiga fazenda Sarandi (GHELEN, 1983). Mesmo com o assentamento de mais de 500 famílias no projeto de colonização Terranova(MT) e a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, inúmeras famílias continuaram sem terra e elas deram início ao acampamento Natalino no final de 1980. De início, eram apenas três famílias que acamparam à beira da estrada para chamar atenção do governo estadual da gravidade do problema fundiário. A estratégia de acampamento foi herdada da experiência do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), organizado no início da década de 1960 (ECKERT, 1984). Dessa forma, o acampamento foi se constituindo ao longo de seis meses e seu crescimento foi interrompido quando da intervenção militar estadual e, posteriormente, federal nos meses de junho e julho de 1981. O movimento foi ganhando força e expressão, o que atraiu famílias que viviam na região como arrendatários, meeiros, assalariados rurais etc.

Desde o princípio, o movimento da Encruzilhada Natalino reivindicou assentamento no Rio Grande do Sul e rejeitou qualquer possibilidade de colonização em outros estados ou emprego, propostas oferecidas pelos governos estadu-

**Os movimentos sociais populares como educadores:
contribuições teóricas e políticas**

al e federal. Para ver essa reivindicação atendida, os acampados buscaram apoio na sociedade civil através de campanhas de arrecadação de alimento e roupa, visitando instituições (universidades, sindicatos, associações, estudantes) para debater a situação do acampamento e os problemas fundiários no estado e no país. Esse trabalho foi fundamental para a sensibilização e a conscientização de pessoas e instituições em relação às reivindicações. Tudo isso foi ocorrendo em meio às tensões, visto que muita gente manteve uma postura crítica em relação ao acampamento, o mesmo ocorrendo com setores da imprensa.

A presença de acampados em debates públicos sobre os problemas fundiários contribuiu decisivamente para a explicitação de dois problemas históricos: o de que eles eram ignorantes e incapazes e de que o modelo de crescimento econômico implantado pelos militares tinha resolvido os problemas fundiários. Conforme Santos (2008b, p. 106-108), a ruptura com a monocultura do saber e a passagem para uma ecologia do saber evidencia que os sujeitos possuem saberes, mesmo que distintos. As relações com a imprensa, com entidades da sociedade civil e com o governo nas negociações deram condições para que despontassem fortes lideranças. O discurso do acampado Antoninho Campignoto, feito durante a mobilização do dia 25 de julho de 1981, dia do agricultor, é expressão dessa capacidade mobilizadora (MÉLIGA; JANSON, 1982). De tímidos agricultores, eles passaram a confrontar os argumentos defendidos por órgãos governamentais, especialmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que afirmavam não existirrem terras passíveis de reforma agrária no estado. Os acampados buscaram, então, apoio de instituições que ajudaram na sistematização de dados através dos próprios dados oficiais e revelaram a existência de inúmeras áreas de terra passíveis de desapropriação, com base na legislação vigente. Ao governo e aos setores da imprensa contrários ao acampamento, restou uma alternativa: acusar os sem terra de estarem sendo manipulados por religiosos e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Como argumenta Santos, a razão arrogante não aceita qualquer possibilidade de emancipação dos sujeitos oprimidos.

As péssimas condições de vida dos acampados durante o rigoroso inverno de 1981 e a sobrevivência nos barracos aumentou a resistência dos acampados que, progressivamente, saíram fortalecidos. O governo estadual, ao contrário, foi perdendo legitimidade e, por não conseguir demovê-los, decidiu intensificar a repressão através da Polícia Rodoviária Estadual e da Brigada Militar. Barreiras foram instaladas em cada extremidade do acampamento e os transeuntes só podiam passar após serem identificados. A negativa às propostas do governo estadual forçou-o a transferir a responsabilidade do acampamento ao governo federal, o que ocorreu durante todo o mês julho de 1981. O acampamento foi transformado em área de segurança nacional sob o comando do major Curió, experiente desarticulador de organizações populares no Brasil, especialmente na região Norte.

Telmo Marcon

A intervenção federal atuou em duas frentes: desarticulando a organização interna e reafirmando as propostas de assentamento em áreas de colonização no Mato Grosso. As aprendizagens dos acampados com as diferentes táticas utilizadas pelos interventores deram condições para continuar resistindo à repressão, cada vez mais intensa. Nesse contexto, ganhou força a dimensão simbólico-religiosa. A cruz no acampamento condensava cada vez mais o sofrimento e ao mesmo tempo a esperança. A simbologia em torno da cruz ajudou a compreender a força da religiosidade popular para ressignificar concepções e práticas (BENINCÁ, 1987; 1999). A pequena cruz existente no início do acampamento com a tradicional inscrição "salva tua alma" foi ganhando novos significados. Uma cruz grande, com aproximadamente quatro metros de altura, substituiu a anterior. Com o aumento do sofrimento, ela ganhou novas escoras; para cada criança morta no acampamento, a cruz ganhou uma fita preta; para cada nascimento, uma fita branca.

Findo o mês de julho de 1981, o major Curió deu por encerrada a intervenção e retirou-se do acampamento. Antes da saída, fez um longo discurso no qual acusou inúmeras instituições e personagens que atuaram no acampamento, especialmente religiosos e a Comissão Pastoral da Terra (MARCON, 1997, p. 213-230). Insistiu, ademais, nas boas intenções do governo federal em propor alternativas nos projetos de colonização e reafirmou a não existência de terra para reforma agrária no Rio Grande do Sul. Os acampados resistiram até 1983 quando o governo estadual adquiriu algumas áreas de terra onde eles foram assentados.

A experiência do acampamento possibilitou inúmeros aprendizados tanto para os sem terra quanto para as entidades e as organizações que tiveram algum vínculo com ele. Nessas interlocuções, foi possível repensar novas formas de sociabilidade, de solidariedade, de consciência das condições de vida de milhares de famílias no país. A ruptura com o tempo linear do progresso e o discurso sobre a modernização da agricultura viabilizaram identificar novas temporalidades como a do acampamento, da espera, da miséria e da fome, o tempo da reza como tempo da esperança e da força simbólica e religiosa, o tempo do frio e do calor excessivos, o tempo das chuvas e das doenças, o tempo do plantio não feito e da colheita não realizada. Enfim, são muitos tempos que se entrecruzam e educam o olhar para novas possibilidades. O que, para alguns, representou um movimento qualquer como tantos outros na história, para aqueles que acompanharam de perto os seus ensinamentos eles marcaram profundamente.

Considerações finais

A partir da experiência da Encruzilhada Natalino, brevemente analisada, fica evidente a tese apresentada ao início do presente texto: o movimento social é profundamente educativo, não apenas para seus militantes. Centenas e milhares de pessoas mudaram a forma de olhar os movimentos sociais após a convivência com os acampados da Encruzilhada Natalino. Os próprios acampa-

**Os movimentos sociais populares como educadores:
contribuições teóricas e políticas**

dos foram passando de uma consciência ingênua, que acreditava na boa vontade do governo do estado em resolver o problema, para uma consciência crítica da complexidade envolvendo a reforma agrária. As aprendizagens construídas no interior do acampamento fortaleceram laços de solidariedade. Os acampados aprenderam a dialogar – com autoridade – com representantes de governos, com a academia, a imprensa.

O posicionamento crítico dos acampados em relação ao problema fundiário deu condição para olhar o passado em busca de razões para entender os problemas presentes. Disso resultaram novas compreensões do tempo. Os movimentos sociais, na medida em que “dilatam o presente” e “contraem o futuro”, conforme Santos (2008b, p. 93-135), permitem olhar para o passado e dele apreender as contradições gestadas nos processos sociais de desenvolvimento. Essa postura permite criticar a linearidade do tempo tão cara aos grupos e às classes dominantes. Ao questionar a concepção de tempo que se tornou hegemônica, um tempo homogêneo e vazio, consoante Benjamin (1994a, p. 229), abrem-se as possibilidades de um duplo movimento que nos força olhar para o passado e, a partir desse olhar crítico, propor transformações. A utopia, assim forjada, passa a ter força que impulsiona caminhar em frente.

Uma segunda contribuição importante das experiências dos movimentos sociais populares é a ampliação dos conhecimentos e dos saberes. Muitas das críticas formuladas enfrentam os resultados produzidos pela ciência. A razão prepotente procura de todas as formas desqualificar os conhecimentos que não estão conformes os cânones dominantes. Os movimentos sociais populares desenvolvem experiências que precisam ser compreendidas a partir das suas lógicas, sentimentos e racionalidades. A incapacidade de fazer esse processo tem produzido interpretações preconceituosas que deslegitimam as reivindicações.

A experiência do acampamento Natalino tornou-se paradigmática para outros movimentos e organizações sociais, ela põe em crise um conjunto de explicações dadas até o momento em relação à reforma agrária; faz uma crítica ao tempo linear através da dilatação do tempo presente, rico em vivências, sofrimentos e esperanças; volta-se ao passado como condição para compreender as contradições fundiárias que excluíram inúmeras famílias do acesso à terra; a construção de uma crítica à arrogância dos governantes que negaram sistematicamente as possibilidades de reforma agrária no Rio Grande do Sul; o confronto de saberes oriundos das experiências passadas com as do tempo de acampamento. O movimento contribuiu profundamente na educação de milhares de pessoas que, a partir da convivência construída em tempos mais curtos e outros mais longos, marcou para a vida toda. Essa é a dimensão educativa desse movimento social.

Telmo Marcon

Os movimentos sociais abrem uma dupla perspectiva para olhar o tempo: voltar-se ao passado visando a uma compreensão das razões que produzem, desencadeiam e legitimam problemas socioeconômicos, político-culturais, religiosos, de gênero, e, ao mesmo tempo, apontam para o futuro possibilidades de superação dessas mesmas realidades. A formulação de utopias implica a capacidade de olhar criticamente para o passado. O discurso neoliberal da globalização hegemônica reduz ao máximo as possibilidades. Dessa forma, esvazia expectativas e esperanças de construção de novas relações socioculturais, econômicas, políticas, de gênero. O domínio do discurso único voltado ao futuro esvazia as alternativas de transformação do contexto presente.

Ao concluir essas reflexões, fica o desafio de desenvolver novas pesquisas considerando as diferentes temporalidades, saberes e experiências que os movimentos sociais populares propiciam. Esse trabalho precisa dar conta de duas dimensões: investigações específicas com estudos de caso e, ao mesmo tempo, reflexões mais amplas sobre as tendências que eles apontam. É fundamental traduzir os fragmentos em perspectivas mais amplas. A frase de Arendt continua instigando: que a experiência favoreça e não nos prive da “oportunidade por ela proporcionada à reflexão”.

Referências

ARENT, H. A crise na Educação. In: ARENT, H. **Entre o passado e o futuro**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 221-247.

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Revista Currículo Sem Fronteira**, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun 2003.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENINCÁ, E. **Conflito religioso e práxis**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. **A resignificação da ação política no acampamento Natalino**. In: RAYS, O. A. (Org.). Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 267-288.

BENINCÁ, E.; BALBINOT, R.; MARCON, T. Práxis e senso comum: relação teoria e militância nos movimentos sociais populares. In: FIOREZE, C.; MARCON, T. (Orgs.). **O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, p. 131-158.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994a (Obras escolhidas, v. I), p. 222-232.

BENJAMIN, W. **Rua de mão única**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b (Obras escolhidas, v. II).

ECKERT, C. **O movimento de agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

GHELEN, I. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

GOHN, M. da G. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilização civil no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARCON, T. **Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

_____. Experiência, memória e ação política: contribuições do acampamento Natalino. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (Org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho - 1980-2008**. Porto Alegre: EST, 2008, p. 13-30.

MARCON, T. Influência político-pedagógica do acampamento Natalino no MST. In: VENDRAMINI, C. R. (Org.). **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p. 41-67.

MÉLIGA, L.; JANSON, M. do C. **Encruzilhada Natalino**. Porto Alegre: Vozes/EST, 1982.

SANTOS, B. de S. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A queda do Angelus Novus: o fim da equação moderna entre raízes e opções. In: SANTOS, B. de S. **Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a, p. 51-92.

_____. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. de S. **Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008b, p. 93-135.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, B. DE de S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologia do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

Telmo Marcon

SOUZA, M. A. de. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a, p. 267-304.

THOMPSON, E. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

WEBER, M. **Ética protestante o espírito do capitalismo**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

Notas

¹ Santos (2005, p. 25, nota de rodapé 3) define ecologia como "a prática de articular a diversidade através da identificação e da promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais heterogêneas".

² A história e a influência do acampamento Natalino pode ser pesquisada com mais detalhes, entre outros, em Méliga; Janson (1982); Benincá (1987; 1999); Marcon (1997; 2002; 2008).

Correspondência

Telmo Marcon – Universidade de Passo Fundo, Faculdade de Educação – Campus I, Faculdade de Educação, São José. CEP: 99001-970 – Passo Fundo, Rio Grande do Sul – Brasil - Caixa-Postal: 611

E-mail: telmomarcon@gmail.com

Recebido em 07 de novembro de 2011

Aprovado em 21 de maio de 2012